

Os Colégios como instituição global do século XVI: projeto pedagógico e religioso da Companhia de Jesus

Fernanda Santos¹

Resumo

Esta pesquisa propõe mostrar como os colégios jesuítas, no século XVI, colocaram em marcha o projeto pedagógico e religioso da Companhia de Jesus, a partir de modelos da Universidade de Paris (*modus parisiensis*) e de instrumentos homogeneizadores do ensino, como a *Ratio Studiorum*. A partir da tentativa de criar o homem ideal do seu tempo, construtor de uma nova humanidade, católica e abrangente, do ponto de vista dos conhecimentos e áreas do saber, a Ordem religiosa dos inicianos apostou no ensino como forma de evangelização e combate à heresia. Em época contrarreformista, a Igreja necessitou que a Companhia de Jesus se tornasse cada vez mais atuante. Os esteios teóricos que embasam esta pesquisa são as obras de Émile Durkheim, Norbert Elias e Dominique Julia.

Palavras-chaves: 1. Colégios; 2. Companhia de Jesus. 3. Contrarreforma. 4. *Modus parisiensis*; 5. *Ratio Studiorum*.

Abstract

The Colleges as global institution on XVIth century: pedagogic and religious project of Society of Jesus

This research proposes to show how Jesuit colleges in the sixteenth century started the pedagogical and religious project of the Society of Jesus, using models from the University of Paris (*modus parisiensis*) and homogenizing instruments of teaching, such as *Ratio Studiorum*. Starting from the attempt to create the ideal man of time, builder of a new humanity, catholic and comprehensive, from the point of view of knowledge, the religious Order of the Ignatians bet on teaching as a form of evangelization and combat heresy. In counter reformist times, the Church needed the Company of Jesus to become more and more active. The theoretical authors who embase this research are Émile Durkheim, Norbert Elias and Dominique Julia.

Keywords: 1. Colleges; 2. Company of Jesus; 3. Counter Reformation; 4. *Modus parisiensis*; 5. *Ratio Studiorum*.

Introdução

¹ Professora adjunta no colegiado de Letras, Universidade Federal do Amapá, Campus Santana. Doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Letras, no Programa de Pós-Graduação de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Literaturas Africanas, pela Universidade Nova de Lisboa. Graduada em Letras/Português pela Universidade Clássica de Lisboa. Membro do Núcleo de Pesquisa em Estudos Literários da Universidade Federal do Amapá (NUPEL).

O século XVI inaugurou a constituição de um corpo de mestres (a que hoje chamaríamos corpo docente), a partir de uma organização concertada de corporações ou congregações religiosas. Na história da educação, isso significou o reconhecimento da necessidade de preparar os mestres para a sua atividade. Essa é uma noção trazida por instrumentos administrativos e educativos, como a *Ratio Studiorum*, da Companhia de Jesus, de que falaremos mais adiante.

A atividade de ensino dos professores não estava, de nenhum modo, regulamentada. Aqueles que ensinavam a ler e escrever mostravam, conforme indica Antônio Nóvoa, uma “heterogeneidade sociológica” (NÓVOA, vol. 1, 1987, p.105) A partir da segunda metade do século, a ação contrarreformista da Igreja católica provocou a assunção do controle dos tempos e dos lugares próprios para ensino, bem como dos agentes e das práticas pedagógicas. Tanto as autoridades eclesiásticas quanto as Ordens religiosas transformaram o ensino num meio de luta contra tudo o que fosse designado como heresia (NÓVOA, vol. 1, 1987, p. 108).

Inácio de Loyola expôs, na parte IV das *Constituições*, a ideia de que a Ordem deveria fundar “colégios e também algumas universidades, onde os que deram boa conta de si nas casas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários se possam instruir neles e nos outros meios de ajudar as almas” (LOYOLA, 2004, p. 115). A 4 de março de 1541, o compromisso com a educação foi integrado como um tópico do ideário da Companhia de Jesus. A intenção inicial foi destinar os colégios apenas aos seminaristas, todavia, ao longo das diversas revisões das *Constituições*, alterou-se a entrada nos colégios, de modo a permitir que alguns leigos pudessem ser admitidos.

Os métodos de ensino da Companhia de Jesus e a inspiração na *Devotio Moderna*

A Companhia de Jesus, recém-formada após o Concílio de Trento (1545-1563), seguiu as normas dos humanistas do seu tempo, inspirando-se em autores como Erasmo e Vives. Em sua metodologia de ensino, os inicianos procederam à substituição da punição por outras intervenções. O castigo físico foi substituído por

uma direção espiritual atenta, uma organização cuidada do espaço e do tempo e a programação dos conteúdos e aplicação dos métodos de ensino. Os alunos deviam ter limites estabelecidos que os estimulassem ao estudo e à religião.

Na atuação pedagógica dos Jesuítas, a fonte de estudo mais importante foi a *Ratio Studiorum*, de 1599, o resultado de sistematizações de práticas educativas, obra fundadora da Companhia de Jesus e modeladora da sua atuação. Tratando-se de um conjunto detalhado de normas aglutinadas em trinta conjuntos, que determinavam a ação educativa nas instituições da Companhia de Jesus, a *Ratio Studiorum* se apresentou como imprescindível para o ensino dos Jesuítas e como base pedagógica das suas instituições, nomeadamente os colégios. A obra consistia num conjunto de regras que envolviam a administração, o plano de estudos, os métodos didáticos e a questão disciplinar.

O conceito-chave desenvolvido nos colégios jesuítas foi o de classe. Desse modo, o colégio assentou na ideia de inclusão de um maior número de alunos, agrupados pelas suas especificidades de idade e nível de conhecimentos. Apesar de constituir um conjunto aparentemente homogêneo, os jesuítas procuraram individualizar o aluno. O agrupamento em classes sucessivas obrigou a graduar programas, a encadeá-los pelo nível de complexidade, a seccionar o tempo escolar e a subdividir o espaço. Em relação ao espaço onde se realizavam as aulas, a *Ratio* não designou a sala de aulas, o vocábulo “aula” é traduzível como sendo o salão nobre em que se realizavam os atos públicos mais solenes. A imagem que nos acompanhou até aos dias de hoje, sobre o que entendemos o que é uma aula, é a de uma sala, uma classe e um professor. António Nóvoa referenciou estes aspectos como as bases do ensino e do trabalho pedagógico que são trazidas até aos dias de hoje, uma espécie de modelo que se impôs, como via única, ao longo dos tempos (NÓVOA, 1995, p. 27).

Não foram só os colégios católicos que desenvolveram importantes projetos pedagógicos, mas também a Igreja Reformada. Dominique Julia assinalou a formação cristã das crianças como uma das finalidades essenciais das Reformas (protestante e católica), e o catecismo, nascido da concorrência entre as confissões

religiosas, como um fenômeno associado à escolarização (JULIA, 2002, p. 52). O projeto da corrente cristã semimonástica, identificada como *Devotio Moderna*, passou, diretamente, para os colégios de Paris e destes, por seu turno, para muitas escolas protestantes e católicas, sobretudo através dos Jesuítas, que na capital francesa estudaram durante a primeira metade do século XVI (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166). A piedade e a virtude foram metas importantes para os Jesuítas.

Os colégios protestantes usavam as mesmas metodologias, de distribuição de alunos por séries e classes, desde o século XVI. Essas técnicas se disseminaram e aperfeiçoaram ao longo dos séculos seguintes (PÉTITAT, 1994, p. 77). A escola atual muito deveu à matriz pedagógica dos Colégios dos Irmãos da Vida Comum, criados nos Países Baixos ainda durante o século XIV, ativos no norte da Alemanha e na Polônia até finais do século XV, que contavam já com um agrupamento de alunos feito por classes, divididas por programas distintos, com o seu professor. As escolas dos Irmãos da Vida Comum tinham sido absorvidas pela Reforma Protestante. As suas práticas didáticas assemelham-se, em muitos aspectos, às dos Jesuítas. O valor formativo que Santo Inácio de Loyola atribuía às letras clássicas era o mesmo que autores como Erasmo, Budé, Vives ou Tomás Moro atribuíam (MIRANDA, 2009, p. 23). Aqui também se praticava o chamado ensino simultâneo, no qual os alunos das primeiras classes eram ensinados pelos alunos de classes mais elevadas. Do mesmo modo, eram promovidos exames para elevação à classe superior, estabelecidos horários, e o aluno era incitado ao estudo por meio de atribuição de prêmios.

Os Jesuítas souberam tirar partido do espírito de emulação preconizado por Erasmo e pela pedagogia renascentista, inspirada em Quintiliano, através de concursos literários, da atribuição de prêmios e de títulos honoríficos, com exposição de poesias, enigmas e emblemas, com declamação pública diante de outra classe, de todo o colégio ou da universidade, ou mesmo de toda a cidade. A emulação garantia, ainda, a atividade constante intelectual e de aprendizado destes alunos, principalmente na realização destas disputas que, para serem justas, deviam ser realizadas entre pares de adversários do mesmo nível (CPJ, 2009, XV.31). A

metodologia do uso desta série de práticas escolares reconheceu a utilidade dos mecanismos cénico-didáticos nas estratégias de aprendizagem, treinando do aluno para o uso efetivo da palavra em espaços públicos (MIRANDA, 2009, p. 34).

O *modus parisiensis*

O *modus parisiensis* foi uma das principais fontes de inspiração da pedagogia jesuítica. A escolha do método não foi aleatória. A primeira geração de Jesuítas tinha passado por Alcalá e Paris e tinha contato com as principais universidades italianas, onde alguns deles tinham estudado e até ensinado: Pádua, Bolonha, Roma. A partir de várias possibilidades de métodos de ensino, o *modus parisiensis* foi o método que se apresentou com maior coerência, rigor e eficácia. O contraste com o sistema italiano (*modus italicus*) era evidente, promovendo ordem, rapidez na aprendizagem, exercício e disciplina. Para um homem virado para a ação como Inácio de Loyola, estes eram trunfos de grande importância. Não foi apenas Loyola que escolheu o método, mas toda uma geração de jesuítas, contemporânea ao fundador, destacando-se Jerónimo Nadal, responsável pela aplicação do método pela Companhia de Jesus (MIR, 1968, p. 261-262).

As características deste método de ensino tinham a ver com o que era praticado na Universidade de Paris, onde os colégios estavam agregados à universidade, se aproximando das suas práticas e normas pedagógicas. A disciplina predominava, o plano de estudos estava rigorosamente determinado; as exercitações escolares que se seguiam às aulas eram frequentes. A formação de classes era feita consoante o aproveitamento dos alunos e para cada classe estava designado um professor. Os alunos passavam à classe seguinte após rigoroso exame. Os inicianos mantiveram na sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias (GOMES, 1996, p. 85).

O ensino baseou-se num programa de leituras, complementado por outras tarefas, desde as repetições às disputas (*exercitia* ou *exercitationes*), por meio das quais os estudantes mostravam os seus conhecimentos e o domínio das matérias. Novamente os alunos foram agrupados por classes, de acordo com um plano de

progressão em níveis sucessivos de complexidade, em função da idade e dos conhecimentos. Os exames determinavam quem passava para os níveis seguintes (COMPÈRE, 1976, p. 24).

Os Jesuítas implementaram uma nova dinâmica à pedagogia do *modus parisiensis*, flexibilizando os princípios e as práticas codificadas em Paris, ao mesmo tempo que institucionalizaram modalidades associadas a programas considerados de ensino integral. Na mesma linha de pensamento, aprofundaram técnicas pedagógicas, tornando o professor um intermediário dos conteúdos a serem aprendidos (RAMOS DO Ó, 2003, p.167). O *modus parisiensis* preconizou, ainda, dois aspectos fundamentais: a atividade individual e permanente do aluno, por um lado, e uma clara distinção entre os vários graus de ensino, graus de aprendizagem, assim como ordem progressiva das matérias. A organização das matérias obedeceu à seguinte ordem: a Teologia e a Filosofia eram precedidas pelos estudos das Humanidades e da Retórica. Era possível um aluno menos preparado transitar, a meio do ano, para a classe anterior, a fim de consolidar os fundamentos daquela classe. Conhecimentos como Línguas (Latim, Grego e Hebraico), Humanidades, Retórica e Artes eram necessários para a prossecução de quaisquer outros estudos (MIRANDA, 2009, p. 28).

Ratio Studiorum

A orientação pedagógica da Companhia de Jesus guiou-se pela indicação das disciplinas que deviam ser estudadas, os livros que deviam ser lidos e a forma de condução do estudo. Nas palavras de Francisco Rodrigues (1931, p. 436):

concluimos com toda a segurança que os processos de pedagogia que em nações estranhas e em Portugal formaram tantos homens eminentes, foram essencialmente os mesmos que, nos Colégios de Coimbra, Lisboa e Évora e de outras cidades, guiaram na instrução da juventude os religiosos da Companhia.

Os estudantes dos colégios deviam se comportar segundo as regras dos escolásticos da Companhia no que respeitasse às confissões, aos estudos e aos

modos de vida, embora a maneira de vestir fosse diferente e residissem numa parte separada do Colégio, podendo alguns poucos serem acolhidos a viverem com os “Nossos”, ou seja, os jesuítas ou os candidatos a jesuítas. Na América Portuguesa vigorou o sistema de externatos até finais do século XVII. As *Constituições* da Companhia, conhecidas em terras brasis em 1556, indicavam que os meninos não podiam coabitar com os padres. Assim nasceram os externatos para os filhos dos moradores. Em meados do século XVIII, os seminários começaram a ter um sentido conhecido, na contemporaneidade, de preparação exclusiva para a carreira eclesiástica, oferecendo Estudos Maiores para os seminaristas, nas escolas públicas do colégio. No final do século XVII, o padre Alexandre de Gusmão iniciou o movimento de internatos, fundando o Seminário de Belém da Cachoeira, no distrito da Bahia, que teve uma sequência contínua (LEITE, 1949b, p.222-223; LEITE, 1949a, p.345).

A *Ratio Studiorum* foi um documento que demonstrou como a hierarquia e a disciplina foram sempre aspectos indispensáveis para a Companhia de Jesus. Este documento relativo à organização dos estudos e da espiritualidade também se dedicou a categorizar as atribuições dos colégios, regendo formas de avaliação e procedimentos diversos, porém, os inicianos não o referenciavam como um tratado pedagógico com teorias e metodologias de ensino. A *Ratio* indicava as responsabilidades de cada função exercida dentro dos estabelecimentos de ensino jesuítico até aos conteúdos a serem ministrados. A instrução deveria ser dada em ambiente rigoroso e coerente, sob severa disciplina, podendo as normas ser adaptadas para a sua melhor aplicação, nas regiões missioneiras.

Conforme referiu Arnaut de Toledo, a *Ratio Studiorum* constituiu um paradigma importante para a instrução e para a pedagogia, que “mesmo não tendo definido ou explicitado princípio educacional ou pedagógico, ordenou uma razão política, que é parte constituinte na formação do mundo moderno e também razão pedagógica em sua origem e justificação” (TOLEDO, 2000, p.182). A *Ratio* mostrou, ainda, como a ação dos Jesuítas foi sempre integrada. Conforme Paiva:

Ela é fundada, com efeito, numa visão unívoca do homem inteiramente endereçado para Deus, mediante a Igreja católica. Esta vocação deve realizar-se em todas as manifestações da vida humana. O *Ratio Studiorum* espelha fielmente esta univocidade de visão e, por isso, não desvincula educação de instrução, instrução de vida cristã, ciência de fé, vida profana de vida espiritual (PAIVA, 1981, p. 17).

A esse respeito, o objetivo repetidamente enunciado, ao longo da *Ratio*, foi o de conhecer e amar o Criador e Redentor, incorporando o princípio e o fundamento da espiritualidade inaciana. Além de ocupar a primeira das regras, para o provincial, foi também evocado o mesmo princípio para o reitor, para o prefeito de estudos, para todos os professores das classes superiores e para o prefeito dos Estudos Inferiores. No entanto, a formação do cristão não dispensou os mestres jesuítas do conhecimento e do ensino das artes liberais (CPJ, p. 28). O plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus continha três cursos: Curso de Letras, Curso de Filosofia ou Artes e Curso de Teologia. Nos colégios jesuítas praticou-se uma escolaridade que podia ir desde o ensino das primeiras letras até ao de disciplinas de nível universitário.

Colégios católicos: normas de civilidade e conduta

Segundo o sociólogo Émile Durkheim, cada sociedade é construtora de um modelo de homem ideal, quer do ponto de vista intelectual e moral, quer do ponto de vista físico. Esse ideal, ao mesmo tempo uno e diverso, constituiu a parte básica da instrução, tendo por função suscitar características que a sociedade considerou como indispensáveis a todos os seus membros e que o grupo social particular (como classe, família, profissão) julgou igualmente indispensáveis. A sociedade, em seu conjunto, e cada meio social em particular, determinaram este ideal a ser realizado (DURKHEIM, 1995, p. 31). A Companhia de Jesus objetivou a construção de uma sociedade católica, que não podia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade. A educação perpetuou e reforçou essa homogeneidade. Por outro lado, a instrução assegurou a persistência desta

diversidade necessária, diversificando-se e permitindo as especializações. Do ponto de vista social, a educação serviu à sociedade para preparar, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência (DURKHEIM, 1995, p. 31).

O século XVI assistiu a um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos dos mais jovens. Na formação deste novo homem, foi importante submetê-lo às normas da civilidade, isto é, às exigências do comércio social. A análise de Norbert Elias propôs compreender o “processo de civilização” numa conjuntura social e comportamental. Enfatizando os mecanismos de implantação e reprodução das normas sociais, o autor mostrou como a interiorização individual da regra lhe conferia sua maior eficácia. A disciplina coletiva tornou-se, assim, objeto de uma gestão pessoal e privada. A este processo, Elias chamou de automatismo, autocompulsão, aspectos aos quais o indivíduo não podia resistir, mesmo que desejasse. A partir deste controle individual, surgiu a formação de uma complexa e extensa teia de ações, as quais se geriam por um aparelho automático preventivo de transgressões do comportamento socialmente aceitável (ELIAS, 1998, p. 196). O mesmo ponto de vista foi partilhado por David Hamilton acerca dos processos pedagógicos institucionalizados, que o autor considerou como intrínsecos à manutenção do controle social do indivíduo (HAMILTON, 1989, p.18-19).

Segundo Julia Varela, criaram-se lugares próprios para educar, para transformar e moldar as vontades, assim como para proteger os jovens dos males provenientes do mundo exterior, através de um espaço moral e neutralizador, o colégio, onde era permitido exercer continuamente a vigilância (VARELA, 1983, p. 157).

A tentativa de colocar em processo um modelo universal de educação, a partir do século XVI, convocou um modelo pedagógico que só se podia conceber em função de um público determinado, sabendo que a educação devia ser adequada à futura posição social. A instituição educativa assegurou a instrução e a socialização da criança. Esta tarefa não recaiu na família, independentemente do seu lugar na estratificação social. O colégio impôs um programa e uma pedagogia únicas, no seio de uma classe que reuniu os alunos de um mesmo nível teórico de

conhecimentos. Apesar disso, supunha-se que no seio do colégio, a estratificação social comum era sobreposta pelos méritos escolares que cada um alcançasse (MIRANDA, 2009, p. 34).

Segundo a autora Marie-Madeleine Compère, a família tinha como função complementar, de forma privada, a educação em modos proporcionais às suas posses financeiras e ao seu estatuto social. Neste quadro mental, o internato foi o modelo que mais conveio à elite econômica. Nesta estratégia, convergiram os valores da monarquia, os interesses da antiga nobreza, procurando-se cristianizar os jovens e repassar os valores verticais de sabedoria e de disciplina. A convicção de uma separação necessária entre os jovens e a família defendeu a educação no colégio como um bem precioso (COMPÈRE, 1976, p. 103-105)

Philippe Ariès referiu também, nesta linha de análise, que os colégios modernos se diferenciaram das Faculdades de Artes medievais pelo fato de isolarem o aluno do seu contexto social e familiar. No período medieval não havia divisão de idades no mundo social, nem nas escolas, catedrais e universidades, estudantes de diferentes idades conviviam e aprendiam juntos (ARIÈS, 1981, p. 110-111).

O colégio tratou da produção histórica de um sujeito específico, neste caso o aluno, e da produção das estruturas que tentaram intervir sobre as atitudes, disposições e comportamentos dele. Assim se afirmou uma pedagogia jesuítica vinculada às competências morais do educando. Em termos educativos, o ensino nos colégios jesuítas defendeu a produção de um homem católico capaz de dar o seu contributo particular para a integração moral e cristã da sociedade, através do domínio de várias experiências escolares.

A questão da individualização do aluno, mudança educativa que se deu entre o século XVI e finais do século XVII, partiu dos conceitos da *Ratio* e das obras de Jouvençy (1900), que se debruçaram no conhecimento das faculdades e das condições dos colegiais, referindo a eficácia de uma ação educativa individualizada. A *Ratio Studiorum* procurou responder à necessidade de os Jesuítas conseguirem construir bons católicos, fiéis à Igreja de Roma. No caso de

Jouvency, a ênfase foi dada ao trato contínuo com o aluno e às suas qualidades pessoais. Esse cuidado moldava as almas e as direcionava à fé cristã.

O fenômeno de disseminação de colégios foi colocado por André Petitat como um primeiro momento decisivo na educação. Em sua análise, ele observou que os colégios das congregações católicas, das igrejas protestantes e aqueles que eram vinculados às universidades tinham dispositivos escolares semelhantes (PETITAT, 1994, p. 76). Os colégios jesuítas distinguiram-se daqueles que circundavam a Universidade de Paris pela aposta feita nos conteúdos programáticos de direção espiritual. A gestão de ensino passou a ser integrada, incluindo os aspectos intelectual, religioso e moral, marcados pelo rigor próprio dos regulamentos, os tempos de descanso e diversão. Com efeito, a preocupação principal da instrução dos Jesuítas foi estimular os alunos à aprendizagem, promovendo a interiorização plena dos conteúdos programáticos, através da ação participativa dos educandos (RAMOS DO Ó, 2003, p. 168-170).

Conclusão

A concepção que hoje temos da escola e do espaço educativo baseou-se nos modelos educativos quinhentistas, tais como o nivelamento e a hierarquização de conteúdos, a progressão educativa, a diferenciação por idades, a classe homogênea, compreendendo a atenção individualizada a cada aluno. A ação religiosa e educativa da Companhia de Jesus contribuiu, significativamente, para solidificar as instituições educativas e as metodologias de ensino, a partir do século XVI.

O colégio jesuíta surgiu como uma instituição global e integral que pretendeu abranger toda a vida do estudante, separando-o, de algum modo, da convivência familiar. Este aspecto social procurou, também, moldar o jovem estudante para uma formação moral cristã e católica, num ambiente contrarreformista, através de um dispositivo capaz de responder positivamente aos requisitos sociais e educativos. Este dispositivo esteve na base do sucesso do

projeto educativo dos inicianos e lhes conferiu o monopólio das instituições educativas ao longo de quase três séculos.

Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS. *Ratio Studiorum da Companhia de Jesus*. Introdução, versão portuguesa e notas de Margarida Miranda. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. **Du Collège au Lycée (1500-1850)**. Paris: Editions Gallimard/Julliard, 1976.

DURKHEIM, Émile. **A Evolução Pedagógica**. Trad.de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. Trad.de Ruy Junomann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1998.

GOMES, Manuel Pereira, S.J.. **Sto. Inácio e a Fundação de Colégios**. Porto: Gracos editora, 1996.

HAMILTON, David. **Towards a Theory of Schooling**. London, New York, Philadelphia: The Falmer Press, 1989.

JOUENCY, J. **De la Maniere d'Apprendre et d'Enseigner (De Ratione Discendi et Docendi)**. Paris: Hachette, 1900.

JULIA, Dominique. **Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação**. LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (org.). **Disciplinas e Integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, tomo VII, 1949a.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, tomo X, 1949b.

LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares**. Trad. de Joaquim Mendes Abranches. Revisão do Pe. João Augusto Mac Dowell, S.J.. São Paulo: Loyola, 2004.

MIRANDA, Margarida. *Ratio Studiorum*: uma nova hierarquia de saberes. CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS. **Ratio Studiorum da Companhia de Jesus**. Introdução, versão portuguesa e notas de Margarida Miranda. Lisboa: Esfera do Caos, 2009, pp. 17-37.

MIR, Gabriel Codina. **Aux Sources de la Pédagogie des Jésuites**. *Le Modus Parisiensis*. Roma: Institutum Historicum Societatis Jesu, 1968.

NÓVOA, António. **Le Temps des Professeurs**. Vols. I e II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

_____. Uma Educação que se diz ‘Nova’. CANDEIAS, António, NÓVOA, António, FIGUEIRA, Manuel Henrique. **Sobre a Educação Nova**: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos. Lisboa: Educa, 1995.

PAIVA, José Maria de. **O Método Pedagógico Jesuítico**: uma análise do *Ratio Studiorum*. Viçosa: Oficinas Gráficas da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

PETITAT, André. **Produção da Escola/Produção da Sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAMOS DO Ó, Jorge. **O Governo de Si Mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: EDUCA, 2003.

RODRIGUES, Francisco, S.J.. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa, vol. I, tomo I, 1931.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. Razão de Estudos e Razão Política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. *Acta Scientiarum*: Human and Social Sciences. Maringá: UEM, vol. 22, n. 1, 2000. pp. 181-187.

VARELA, Julia. **Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1983.